

---

JOÃO FERRÃO

Prof. Auxiliar da Faculdade  
de Letras de Lisboa

---

## INDÚSTRIA E TERRITÓRIO: BREVE HISTÓRIA DE UMA UNIÃO FELIZ

---

55

*Este artigo faz uma análise das orientações recentes nos estudos sobre a indústria e o território, focando especialmente as que constituem «consequência benéfica» da crise actual. Os fundamentos principais do balanço apresentado são a tomada de consciência das diferenciações espaciais, conjuntamente com as de uma realidade industrial em mutação, deno-*

*minada de crise industrial, e a convergência interdisciplinar. Depois de se abordar a dualidade, nos estudos sobre a indústria, entre a óptica regional e a óptica sectorial, são focadas as novas visões em que se tem em conta uma relação mais adequada entre a dimensão abstracta das diversas teorias e o carácter empírico das investigações locais.*

**É** tempo de desviar as nossas preocupações dos efeitos perversos gerados pelo modelo expansionista do pós-guerra para as consequências benéficas do actual momento de crise. As surpresas agradáveis ultrapassam, em boa medida, as expectativas mais razoáveis; vejamos algumas delas.

A não consideração da existência de diferenciações regionais por parte de um grande número de cientistas sociais (economistas, sociólogos, politólogos) transformou, durante muito tempo, as suas teorias em produções por vezes verdadeiramente *utópicas*. A preocupação quase exclusiva em identificar os processos de carácter global, a valorização sistemática do geral em detrimento do *particular*, a intenção, enfim, de construir a «grande teoria» — para a qual diversas correntes possuiriam (ou possuem ainda?) o verdadeiro método científico — conferiram à produção científica do pós-guerra uma dimensão demasiado abstracta e generalizante, ocultando a variedade de situações concretas.

De facto, a tendência uniformizante e a-espacial da maior parte dos modelos então formulados implicava, como é natu-

**Um interesse crescente pela dimensão territorial**

ral, que tais modelos não se ajustassem especificamente a qualquer lugar ou território. E se a realidade se atrevesse a desmentir os resultados previstos, estar-se-ia com certeza perante a excepção que confirma a regra ou, mais simplesmente, frente a situações não significativas ou consideradas anómalas.

Mesmo por parte dos geógrafos ou dos economistas regionais, onde a dimensão espacial, como é compreensível, nunca esteve ausente, se verificou idêntico desprezo, a partir dos anos 60, pelos particularismos locais a favor da identificação de regularidades empíricas e da definição de padrões de localização de âmbito geral.

A crise dos grandes paradigmas explicativos das décadas de 60 e 70 (neo-positivismo e marxismos «estruturalistas»), desencadeada pela emergência de realidades distintas e, por essa razão, nem sempre inteligíveis à luz das perspectivas então dominantes, traduziu-se por uma desconfiança crescente face às várias macroteorias em voga e, como consequência, por uma maior abertura quer a temas até aí ignorados ou encarados como marginais e heterodoxos, quer à diversidade de situações regionais e locais. Ora a *indústria* constitui, precisamente, um domínio privilegiado no que toca a esse duplo movimento de recentragem temática e territorial.

### **Uma realidade industrial em mutação**

A crise actual é, em boa medida, uma crise industrial. Em torno deste sector se consubstancia uma parcela considerável das modificações mais radicais ocorridas nos últimos anos: afirmação de novos modos de gestão e organização empresarial; generalização de produtos e sobretudo de processos de trabalho até há pouco desconhecidos ou de utilização restrita; desenvolvimento de relações diversas no que se refere à mão-de-obra empregada e à forma como se recorre ao(s) mercado(s) de trabalho, etc. Este conjunto de transformações observadas no seio de processos de produção até há pouco dominantes traduz-se, inevitavelmente, na emergência de novas exigências locativas e distintas configurações espaciais, que tendem a substituir lógicas territoriais anteriores ou a articular-se com elas, de forma desigual e não raro contraditória. Isto é, a própria realidade se encarrega de relevar a diferenciação geográfica como causa e consequência necessárias de grande parte das modificações operadas nas diversas sociedades.

Sendo um sector empiricamente em retracção (participação decrescente em termos de emprego, valor acrescentado, produção, etc.), a indústria não parece, no entanto, ter perdido a sua função catalizadora e polarizadora da esfera económica. Alguns autores (Storper e Scott, 1986) recusam

mesmo qualificar como «sociedades pós-industriais» as realidades actualmente observáveis nos países capitalistas mais avançados, na medida em que esta designação oculta o papel central que, embora por diversas vias e assumindo modalidades distintas, continua a caber às actividades industriais.

Mantendo ou não esse papel, o certo é que o surgimento, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 60, de tipos de industrialização relativamente inesperados tem justificado um interesse renovado por este tipo de questões que parece difícil reduzir a uma mera manifestação de um eventual último canto do cisne industrial.

A afirmação dos «novos países industrializados»<sup>(1)</sup> e da industrialização «difusa» ou «espontânea»<sup>(2)</sup> permitiu (re)valorizar dois segmentos da realidade que pareciam encontrar-se irreversivelmente envolvidos por um processo de crescente marginalização por parte do modelo de acumulação dominante no período que se seguiu à Segunda Grande Guerra: países «semi-periféricos» ou mesmo claramente do Terceiro Mundo, no primeiro caso; regiões de forte componente rural e com predomínio de empresas de pequena dimensão, no segundo.

Há quem encare ambos os fenómenos como o resultado de estratégias defensivas desenvolvidas pelas fracções do capital com maior mobilidade. Num caso como no outro, a procura de determinadas vantagens, nomeadamente a disponibilidade de mão-de-obra barata e pouco reivindicativa, teria desencadeado uma transferência de investimento favorável a áreas (países e regiões) relativamente marginais. Tratar-se-ia, por essa razão, de um processo basicamente *transitório*, cuja durabilidade deveria revelar, afinal, a maior ou menor capacidade de superar a actual crise. Alguns exemplos recentes (electrónica, vestuário, calçado) de regresso ao local de origem, na sequência de políticas de racionalização apoiadas na crescente automatização dos processos de trabalho de localização mais «central», confirmariam justamente essa hipótese. A crise do «fordismo periférico» (Lipietz, 1983; Courlet e Laganier, 1984), incapaz de criar localmente as condições necessárias à sua reprodução, constituiria mais um elemento nesse sentido.

Embora a analogia entre a emergência dos «novos países industrializados» e a revitalização de áreas até há pouco de base rural e com forte presença de pequenas empresas tenha

---

<sup>(1)</sup> Veja-se, por exemplo, OCDE, 1979.

<sup>(2)</sup> Os principais teorizadores deste tipo de industrialização são autores de origem italiana: Bagnasco, 1977; Garofoli, 1978; Fuà e Zacchia (org.), 1983; Garofoli (org.), 1983. Um resumo das suas ideias pode encontrar-se em Rosa Pires (1986) e Ferrão (1986).

limites evidentes — e apenas assim não seria se se reduzissem ambos os fenómenos a simples processos de desconcentração desencadeados a partir das principais regiões urbano-industriais, ignorando as suas componentes endógenas —, não parece ilegítimo realçar dois aspectos comuns. Por um lado, a ocorrência de um número considerável de casos confere-lhes um significado indesmentível, embora não permita considerá-los como susceptíveis de serem generalizados de forma mecânica a situações aparentemente semelhantes (por exemplo, qualquer país ou região «não central»); Por outro lado, a afirmação de um dinamismo relativamente autónomo e auto-centrado, que desmente o carácter de transitoriedade inevitável anteriormente referido; a Coreia do Sul ou a região de Marche na Itália correspondem a dois exemplos, talvez extremos, mas que seria injusto classificar liminarmente como excepções.

Este conjunto de novas situações, anómalas face às leituras dicotómicas que opõem, de forma cumulativamente agravada, países industrializados/países não industrializados e regiões urbano-industriais/regiões rurais, mas, simultaneamente, impossíveis de serem encaradas como a comprovação empírica das ideias rostowianas (em ambos os casos — países e regiões — teria sido atingida a fase industrial), reconduziu as questões industriais ao centro de numerosos debates.

**A indústria,  
domínio privilegiado de  
convergência  
interdisciplinar?**

O recente surto de interesse pela dimensão territorial e o leque variado de mutações ocorridas no interior das actividades industriais concorreram para enriquecer domínios científicos já existentes, que agora se alargam e se entrecruzam com outras áreas de investigação, com as quais poucas ou nenhuma ligação tinham mantido até então. É sobretudo importante verificar como estas novas preocupações se traduziram por uma convergência de interesses temáticos por parte de cientistas e técnicos com formações de base bastante distintas, de tal modo que não é raro encontrar quem tenha alguma dificuldade em reconhecer-se como membro da respectiva comunidade científica original. Esta falta de identidade é, no entanto, compensada pelo estabelecimento de novos laços de aproximação. Não parece, aliás, exagerado colocar a hipótese de uma reformulação mais ou menos profunda da actual divisão científica do trabalho, herdada basicamente do século passado, em que alguns domínios de intensa convergência multidisciplinar poderão conquistar uma certa autonomia relativa, convertendo-se em áreas transdisciplinares ou até, eventualmente, em novos pólos de estruturação do saber.

Referem-se, de seguida, diversos exemplos onde a presença da dimensão territorial e o interesse pelas questões

industriais têm contribuído para animar algumas das frentes mais dinâmicas do conhecimento e das formas de intervenção sobre as sociedades presentes.

A incorporação das estratégias espaciais pelas teorias da segmentação do mercado de trabalho enriqueceram, sem dúvida, a sua capacidade explicativa. Tornou-se, por um lado, claro que o recurso crescente aos segmentos mais marginais da força de trabalho implicava, em muitos casos, lógicas territoriais distintas: realocação, desconcentração das fases mais intensivas em mão-de-obra ou articulação com unidades implantadas em áreas periféricas ou marginais constituem vias possíveis para garantir a flexibilidade desejada em termos de gestão da mão-de-obra. Mas, mais do que isso, é hoje evidente a necessidade de entender a génese e a natureza dos diferentes mercados de trabalho locais/regionais, identificando os processos de reestruturação global a que estão sujeitos e, simultaneamente, as especificidades de cada um deles, que se traduzem por graus de resistência, conversão, solidariedade interna e conflituosidade bastante dispares. Autores como Kreckell (1980), Cooke (1983a e 1986) e Urry (1985) têm trabalhado nesse sentido, contribuindo para a formulação de uma teoria dos *mercados de trabalho descontinuos* que pretende contemplar, de forma dinâmica, os vários aspectos referenciados. Também Massey (1983 e 1984) tem articulado, para algumas áreas e indústrias inglesas, as recomposições produtivas e sociais operadas nos últimos anos, relevando a diferenciação geográfica como factor propiciador ou inibidor dessas modificações.

A resistência da pequena agricultura, as estratégias de pluriactividade que se lhe associam, os processos de diferenciação crescente que têm vindo a actuar no interior do conjunto do campesinato e, finalmente, a sua desigual incidência geográfica permitem compreender que também neste caso se verifica uma forte convergência de interesses com autores que, por motivos distintos, se têm debruçado sobre questões industriais e territoriais. Trata-se, aliás, de um domínio de investigação, teórica e empírica, relativamente elaborado em Portugal, situação essa que surge duplamente proveitosa, na medida em que esclarece não só as modalidades concretas assumidas pelos fenómenos em estudo, mas ainda os percursos científicos dos que sobre eles se têm debruçado.

Estreitamente associado a este tema, mas ultrapassando-o, emerge o interesse pelas estruturas familiares. E se é verdade que a família camponesa tem polarizado grande parte dessa atenção, também é certo que alguns autores a têm encarado a partir de outras ópticas: industrialização difusa, economia subterrânea, estruturas regionais de classes, etc. A produção

científica de sociólogos italianos tem-se evidenciado, neste domínio, com algum peso; veja-se, nomeadamente, as obras de Boca e Turvani (1979) e Paci (org.) (1980).

Um outro caso de convergência multidisciplinar prende-se com o desenvolvimento recente dos estudos sobre as actividades terciárias de apoio à indústria.

Ao sector terciário atribuía-se, até recentemente, um estatuto basicamente residual, apesar do reconhecimento geral do crescente processo de terciarização das sociedades modernas<sup>(3)</sup>. Dada a heterogeneidade interna existente, um dos principais esforços tem incidido sobre a definição de critérios para a sua decomposição (consulte-se, por exemplo, Gershuny e Miles (1983) e Vernières (org.) (1985), que representam, em certa medida, os avanços efectuados neste campo nos países de língua inglesa e francesa).

De entre as várias actividades terciárias, são as que se destinam a apoiar a indústria que têm evidenciado um maior dinamismo (novas formas de gestão, reestruturação tecnológica, expansão do emprego, etc.), processando-se essa evolução quer no interior das unidades industriais, quer em empresas prestadoras de serviços, que tendem a substituir, alargando-as, muitas das funções até então interiorizadas pelo sector industrial (gestão, investigação, publicidade, segurança, limpeza, etc.). Calcula-se que um terço do terciário do Canadá em 1970 correspondia a serviços de apoio ao sector produtivo, tendendo essa percentagem a reforçar o seu peso, já que este é o segmento mais dinâmico no interior do conjunto das actividades terciárias.

O sector terciário não só evidencia, portanto, uma maior propensão para se articular com o secundário, como parece intensificar o recurso a tipos de organização do trabalho e de gestão da mão-de-obra idênticos aos deste último sector. Segundo Vernières (1985), a crescente racionalização dos processos de trabalho em serviços estandardizáveis tem-se traduzido pela adopção da lógica «taylorista». E, poder-se-ia acrescentar, a evolução dos serviços mais personalizados não diverge certamente de forma significativa da que se verifica em actividades industriais onde essa mesma característica se encontra presente, implicando estruturas organizativas e tecnológicas mais flexíveis.

Parece, pois, desenhar-se um novo campo de convergência, onde experiências e olhares diferenciados se cruzam sobre temas que parcialmente se recobrem. Daniels (1985a,

---

<sup>(3)</sup> O que não impede, contudo, que nos países mais avançados alguns dos seus segmentos tenham vindo a recuar, em termos relativos ou mesmo absolutos, no que se refere ao emprego e ao produto: serviços pessoais «arcaicos» e serviços colectivos de carácter público.

1985b e 1986) tem vindo a efectuar o ponto da situação relativamente aos estudos de geografia sobre os serviços em geral, e sobre os de apoio aos sectores produtivos em particular, deixando antever alguns contornos dessa convergência.

O último exemplo seleccionado ultrapassa o carácter analítico das situações anteriormente expostas, incidindo sobre a emergência de novas formas de intervenção. Centradas em torno de um conceito de desenvolvimento que não se reduz ao de crescimento económico, essas modalidades baseiam-se na mobilização e dinamização dos recursos e potencialidades locais. Várias perspectivas têm vindo a encarar o desenvolvimento regional sob este prisma; mas mais do que sistematizá-las<sup>(4)</sup>, interessa agora salientar em que medida a *dimensão territorial* e a *indústria* se encontram presentes e constituem, mesmo, uma condição indispensável para a sua concretização.

A primeira manifesta-se através da visão *localista* subjacente a essas diferentes perspectivas, e desdobra-se por diversos aspectos fortemente interdependentes: aposta, como já se afirmou, nos recursos e potencialidades locais; necessidade de se actuar sobre o «*meio*» *local* (contexto social, cultural, económico), e não individualmente sobre os agentes já em acção, como estratégia determinante no que se refere à intensificação da capacidade de se gerarem novas iniciativas endógenas; fomento da participação local e do fortalecimento dos laços de solidariedade, cooperação e identidade intra-regional, etc.

À indústria, por seu lado, confere-se um papel crucial mas distinto do que se lhe atribuía no interior do modelo de crescimento prevalecente até há pouco. A pequena empresa de origem local ocupa agora um lugar privilegiado, desencadeando um interesse profundo sobre a génese e a natureza regionalmente diferenciada do *investimento* (necessidade de se conhecer quem investe, quando, onde, etc.) e, complementarmente, sobre as modalidades concretas de o incentivar sob condições localmente diversificadas.

É bem conhecido que a maior parte dos economistas pouco se tem interessado, até tempos recentes, pela componente territorial. Mas, paralelamente, também os geógrafos têm evidenciado uma reduzida curiosidade pelos mecanismos de carácter sectorial. Os vários tipos de convergência temática

**O estudo da  
indústria:  
óptica regional  
e óptica sectorial**

<sup>(4)</sup> De entre os contributos variados que têm concorrido para a afirmação deste novo modo de encarar o desenvolvimento regional, as obras de Friedmann e Weaver (1979) e Stöhr e Taylor (org.) (1981) constituem duas referências obrigatórias. Em português, pode consultar-se com proveito a súmula apresentada por Baptista (1984) e o estudo de um caso concreto efectuado por Henriques e Neves (1986).

a que se aludiu contribuíram para esbater, até certo ponto, esse ignorar recíproco.

Várias explicações podem ser apresentadas para esse facto, umas de âmbito científico-institucional, outras prendendo-se com a evolução da própria realidade. O primeiro aspecto deve ser entendido à luz das considerações, invocadas no início deste artigo, sobre o recente interesse revelado por parte de muitos cientistas sociais pelas questões de ordem territorial. Refira-se, aliás, que a inflexão efectuada por alguns desses autores foi bastante mais marcada do que a que caracterizou a renovação da produção dos geógrafos que sentiram idêntica necessidade em proceder a investigações cientificamente mais integradas.

Mas, por outro lado, a evolução da própria realidade parece ter igualmente concorrido nesse sentido, sobretudo através da emergência de «complexos territoriais» de contornos geográficos relativamente bem delimitados e com graus de interacção e coerência internos que não são de desprezar. Vários autores, a partir de situações distintas, têm, pelo menos, insistido nesse facto.

Garofoli realçou, no âmbito dos processos de industrialização difusa em áreas periféricas de Itália, a crescente consolidação de «áreas-sistema» e «sistemas produtivos locais», isto é, áreas fortemente especializadas no seu conjunto (predomínio de calçado, vestuário, equipamento agrícola, etc.), mas com uma acentuada divisão do trabalho entre empresas no seu interior (especialização por fases de fabrico, componentes, equipamento necessário, etc.). Essa diferenciação interna tenderia a intensificar-se, gerando uma forte interdependência e complementaridade que se traduzem por um desenvolvimento global relativamente autónomo (Garofoli, 1983).

Num contexto diferente, mas com consequências de certo modo semelhantes quanto ao aspecto em análise, desenvolve-se a situação descrita por Sayer:

«Uma outra tendência que aponta para uma crescente aglomeração relaciona-se com os métodos de produção 'just-in-time', dada a necessidade de movimentar frequentemente pequenas quantidades de bens entre diferentes unidades e de coordenar estreitamente a actividade de compradores e vendedores. À medida que estes métodos se difundem no exterior do Japão, multiplicam-se os exemplos de empresas conhecidas pelo seu elevado grau de internacionalização, como a General Motors, Apple, Motorola, Hewlett-Packard, Kawasak, Sony e Nissan, que fomentam a expansão de redes *localizadas* de unidades de abastecedores» (Sayer, 1985:20) <sup>(5)</sup>.

---

<sup>(5)</sup> Tanto neste caso como no que Garofoli descreve, a consolidação de complexos locais é acompanhada por uma crescente integração no sistema mundial.

De uma forma geral, a exteriorização, por parte de muitas das unidades industriais, de algumas fases dos seus processos de trabalho e de vários dos serviços de apoio à produção que anteriormente desenvolviam no seu interior e, mais globalmente, a crescente articulação com um terciário dinâmico e diversificado tendem a concretizar-se em redes de contactos com uma forte componente local/regional. Scott e Storper (1986) referem mesmo a necessidade de substituir o conceito de *localização* pelo de *território*, chamando a atenção para o facto de áreas especializadas mas incluindo situações de complementaridade constituírem contextos especialmente favoráveis à invenção e à inovação. A indústria têxtil de algodão de Lancashire, no século passado, o Silicon Valley (Califórnia) durante as décadas de 60 e 70 e, finalmente, os recentes centros de alta tecnologia industrial de Dallas (Texas) e Orange County (Califórnia) ilustram com clareza essa afirmação, apontando, ao mesmo tempo, para a necessidade de se analisarem os mecanismos subjacentes à emergência e dissolução desses complexos produtivos fortemente territorializados.

63

Seria, no entanto, abusivo defender que toda a produção industrial tende a estruturar-se espacialmente da forma descrita. Como nos lembra Sayer (1985), a redução do tempo e custos de transporte não torna a localização das empresas indiferente; pelo contrário, é de esperar uma maior exigência e selectividade no que se refere às decisões locativas. Assim sendo, fracções diversas do capital poderão reagir de modo desigual, recorrendo a estratégias territoriais não necessariamente coincidentes. Relembre-se, a propósito, as políticas de localização «insular» praticadas por diversas empresas (da indústria automóvel, por exemplo), implantando as fases mais intensivas em mão-de-obra não qualificada em áreas rurais, embora seja bem verdade que este tipo de desconcentração espacial e funcional pareça ter atingido o seu auge durante a década de 70. Cooke (1986) considera mesmo, para o caso inglês, o desenvolvimento de estratégias de reconcentração, na sequência de medidas de racionalização postas em prática por diversas empresas.

A opção pela prevalência da óptica regional sobre a sectorial como critério de delimitação do objecto de estudo em investigações sobre questões industriais não radica apenas na emergência e crescente consolidação das situações descritas. Pelo contrário, ela revela, antes de mais, a convicção de que existem *lógicas de investimento regionalmente diversificadas*, já que tanto as iniciativas locais como os empreendimentos provenientes do exterior reflectem necessariamente as condições, objectivas ou subjectivas, específicas a cada área

(potencialidade empresarial, características do mercado do trabalho, disponibilidade de recursos naturais, acessibilidade, etc.), e que se manifestam não só pelo tipo de actividades industriais aí existentes, mas também pelas formas organizativas e tecnológicas que, no interior de cada uma delas, as várias unidades apresentam.

Ferrão e Jensen-Butler (1986) verificaram, aliás, que, na década de 70 e com uma desagregação sectorial da classificação CAE a três dígitos e uma distribuição geográfica por distrito, alguns ramos evidenciavam resultados referentes à evolução do emprego muito diferenciados de área para área, traduzindo, precisamente, as condições de investimento relativamente específicas de cada uma delas. Idêntica situação foi detectada para a indústria alimentar, com base num leque mais amplo de indicadores (Ferrão, 1986). E se é verdade que parte desses resultados poderia eventualmente modificar-se numa análise sectorialmente mais desagregada, também é certo que não passa de uma ilusão pressupor que unidades que produzem mercadorias do mesmo tipo se estruturam organizativa e tecnologicamente de forma semelhante, independentemente da região em que se localizam.

Entre a óptica regional e a óptica sectorial parece entrepor-se recentemente uma terceira, que tende a privilegiar como pólo de análise a *estrutura organizativa das empresas*. Invocando, com justiça, que a actuação de cada empresa se compadece cada vez menos com qualquer tipo de fronteiras geográficas, independentemente do seu grau de formalização (das divisões administrativas internas a cada país às fronteiras internacionais), autores como Taylor (1985) têm vindo a chamar a atenção para o facto de investigações centradas em regiões delimitadas correrem o risco de subestimar ou mesmo ignorar os laços que as unidades aí localizadas mantêm com o exterior. Naturalmente que a esta afirmação se poderia contrapor o argumento de que o estudo de uma região particular não implica que se desprezem as diferentes formas de integração que os estabelecimentos aí existentes desenvolvem com outras áreas; mas, simultaneamente, não se pode deixar de ser sensível a essa preocupação, sobretudo em territórios com forte presença de empresas multi-regionais e transnacionais ou, mais geralmente, com uma dependência bastante vincada do exterior e que, por essa razão, tendem a revelar estruturas produtivas localmente pouco articuladas. Uma visão *regionalmente integrada* não deve, portanto, resvalar para qualquer tipo de leitura reificante do espaço.

Em termos epistemológicos, a preocupação pelas realidades locais e o carácter de relativa especificidade que inevitavelmente se lhes associa podem traduzir-se por um retorno a investigações demasiado empíricas e parcelares. De facto, não parece descabido afirmar correr-se o risco de, a um período em que a produção científica privilegiou empoadamente o *geral* e o *estrutural*, se seguir uma fase onde o *particular* e o *individual* tendam a monopolizar, de forma desintegrada, a atenção dos vários cientistas. Se assim for, o conhecimento dialecticamente articulado entre os processos globais em acção e as estratégias concretas de actuação dos diversos agentes e as suas manifestações localmente diferenciadas continuará a ser (parcialmente) adiado.

Não se pode, por essa razão, deixar de encarar com interesse o esforço desenvolvido por vários autores no sentido de assegurarem uma relação mais adequada entre a dimensão abstracta das diversas teorias e o carácter empírico das investigações locais. Essa pretensão encontra-se, aliás, presente em diversos dos textos referenciados ao longo deste artigo (Cooke, 1986; Massey, 1984; Sayer, 1985; Storper e Scott, 1986 e Urry, 1985). Em todos eles, ainda que de forma desigual, é visível a interferência das ideias de investigadores como R. Bhaskar («realismo transcendental») e A. Giddens («teoria da estruturação/estruturacionismo»). Divulgadas no âmbito mais geral das ciências sociais (Keat e Urry, 1975; Sayer, 1984), mas também no domínio específico dos estudos geográficos ou com forte componente territorial (veja-se, por exemplo, Gregory, 1981; Williams, 1981; Thrift, 1983; Allen, 1983; Cooke, 1983b; Gregory e Urry (org.), 1985), estas novas abordagens têm contribuído, de forma inovadora e consistente mas sem intenções monopolizadoras, para um entendimento mais rigoroso e integrado das realidades regionais e locais. Resta confrontar essas leituras com outras visões, de modo a mobilizar, positiva e criativamente, as potencialidades que o actual momento de «crise» encerra; afinal, e apesar de tudo, o desejo e a necessidade de transformar a realidade não passaram de moda. ■

**Novas realidades,  
novas questões,  
novas visões**

João  
Ferrão

## Referências Bibliográficas

- 66 Allen, J. 1983 «Property Relations and Landlordism. A Realist Approach». *Environment and Planning D: Society and Space*, vol. 1 (2), p. 191-203.
- Bagnasco, A. 1977 *Tre Italia. La Problematica dello Sviluppo Italiano*. Il Mulino, Milão.
- Baptista, A. J. e Mendes 1984 *Processo de Regionalização. Conceção e Implementação*. IACEP/NEUR, Lisboa.
- Boca, D. del e Turvani, M. 1979 *Famiglia e Mercato del Lavoro*. Il Mulino, Bolonha.
- Cooke, P. 1983a «Labour Market Discontinuity and Spatial Development». *Progress in Human Geography*, 7, p. 543-565.
- Cooke, P. 1983b *Theories of Planning and Spatial Development*. Hutchinson, Londres.
- Cooke, P. 1986 «Global Restructuring, Industrial Change and Local Adjustment», em Cooke, P. (ed.), *Global Restructuring, Local Response*. ESRC, Londres, p. 1-24.
- Courlet, C. e Laganier, J. 1984 «Problemas de Desenvolvimento na Europa do Sul». *Caderno de Ciências Sociais*, 1, p. 55-85.
- Daniels, P. W. 1985a «The Geography of Services». *Progress in Human Geography*, 9 (3), p. 443-451.
- Daniels, P. W. 1985b «Service Industries: Some New Directions», em Pacione, M. (org.), *Progress in Industrial Geography*, Croom Helm, Londres, p. 111-141.
- Daniels, P. W. 1986 «The Geography of Services». *Progress in Human Geography*, 10 (3), p. 436-444.
- Ferrão, J. 1986 *Indústria e Valorização do Capital. Uma Análise Geográfica*. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- Ferrão, J. e Jensen-Butler, C. 1986 «Desenvolvimento Industrial e Diferenciações Regionais em Portugal, durante a Década de 70». *Finisterra*, XXI (42) (no prelo).
- Friedmann, J. e Weaver, C. 1979 *Territory and Function*. Arnold, Londres.
- Fuà, G. e Zacchia, C. (org.) 1983 *Industrializzazione senza Fratture*. Il Mulino, Milão.
- Garofoli, G. 1978 *Ristrutturazione Industriale e Territorio*. Franco Angeli Editore, Milão.

- Garofoli, G. (org.) 1983 *Industrializzazione Diffusa in Lombardia. Sviluppo Territoriale e Sistemi Produttivi Locali*. Franco Angeli Editore, Milão.
- Gershuny, J. e Miles, I. 1983 *The New Service Economy*. Francis Pinter Publishers, Londres.
- Gregory, D. 1981 «Human Agency and Human Geography». *Transactions of the British Geographers*, 6, p. 1-18.
- Gregory, D. e Urry, J. (org.) 1985 *Social Relations and Spatial Structures*. Macmillan, Londres.
- Henriques, J. M. e Neves, A. Oliveira das 1986 «Castanheira de Pêra: Uma Via para o Desenvolvimento Regional Endógeno». *Sociedade e Território*, 4, p. 116-125.
- Keat, R. e Urry, J. 1975 *Social Theory as Science*. Routledge e Kegan Paul, Londres.
- Kreckel, R. 1980 «Unequal Opportunity Structure and Labour Market Segmentation». *Sociology*, 14, p. 525-550.
- Lipietz, A. 1983 «Sur les Fordismes Périphériques de l'Europe du Sud». Comunicação apresentada ao Colóquio *European Integration: Urban and Regional Problems*, Naxos.
- Massey, D. 1983 «Industrial Restructuring as Class Restructuring: Production Decentralization and Local Uniqueness». *Regional Studies*, 17 (2), p. 73-89.
- Massey, D. 1984 *Spatial Divisions of Labour*. Macmillan, Londres.
- OCDE 1979 *L'Incidence des Nouveaux Pays Industriels sur la Production et les Échanges des Produits Manufacturés*. OCDE, Paris.
- Paci, M. (ed.) 1980 *Famiglia e Mercato del Lavoro in un'Economia Periferica*. Franco Angeli Editore, Milão.
- Rosa Pires, A. da 1986 «Industrialização Difusa e 'Modelos' de Desenvolvimento: um Estudo no Distrito de Aveiro». *Finisterra*, XXI (42), (no prelo).
- Sayer, A. 1984 *Method in Social Science: a Realist Approach*. Hutchinson, Londres.
- Sayer, R. A. 1985 «Industry and Space: a Sympathetic Critique of Radical Research». *Environment and Planning D: Society and Space*, 3, p. 3-29.
- Scott, A. J. e Storper, M. 1986 «Industrial Change and Territorial Organization: a Summing Up», em Scott, A. J. e Storper, M. (org.), *Production, Work, Territory. The Geographical Anatomy of Industrial Capitalism*. Allen & Unwin, Boston, p. 301-311.

João  
Ferrão

- Stöhr, W. e  
Taylor, D. R. F.  
(eds.) 1981 *Development from Above or Below? The Dialectics  
of Regional Planning in Developing Countries.*  
J. Wiley & Sons, Chichester.
- Storper, M. e  
Scott, A. J. 1986 «Production, Work, Territory: Contemporary Realities and  
Theoretical Tasks», em Scott, A. J. e Storper, M. (org.),  
*Production, Work, Territory. The Geographical Anatomy  
of Industrial Capitalism.* Allen & Unwin, Boston, p. 3-15.
- Taylor, M. 1985 «Industrial Geography». *Progress in Human Geography*,  
9 (3), p. 432-442.
- 68 Thrift, N. J. 1983 «On the Determination of Social Action in Space and  
Time». *Environment and Planning D: Society and Space*,  
vol. 1 (1), p. 23-57.
- Urry, J. 1985 «Social Relations, Space and Time», em Gregory, D.  
e Urry, J. (org.), *Social Relations and Spatial Structures.*  
Macmillan, Londres, p. 20-48.
- Vernières, M. 1985 «Dynamique de l'Emploi du Tertiaire», em Vernières, M.  
(org.), *L'Emploi du Tertiaire*, Economica, Paris, p. 7-22.
- Vernières, M.  
(org.) 1985 *L'Emploi du Tertiaire.* Economica, Paris.
- Williams, S. W. 1981 «Realism, Marxism and Human Geography».  
*Antipode*, 13 (2), p. 31-38.